

PEDAGOGIAS FEMINISTAS CONTRA A DÍVIDA

Lucí Cavallero¹ and Verónica Gago²

Traduzido por Valéria Araújo

1→ Bolsista Pós-doutoral CONICET, docente, militante feminista. E-mail: lucicavallero@gmail.com

2→ Pesquisadora Independente do CONICET, docente, editora, militante feminista. E-mail: verogago76@gmail.com

Na Argentina, o movimento feminista assumiu o enfrentamento do endividamento público e privado como eixo central de sua agenda, renovou suas consignas e a forma de apresentar publicamente esse antagonismo. O contexto das massivas mobilizações feministas, iniciadas em 2015, tem sido o empobrecimento brutal de grande parte da população e, tem como marco fundamental, o empréstimo de 44 bilhões do Fundo Monetário Internacional solicitado pelo governo de Mauricio Macri. Desde então, foram aplicadas medidas de austeridade no país, que aumentaram a pobreza, atingindo quase 44%³ da população e quase 100%⁴ de inflação.

O processo de politização da dívida tem antecedentes fundamentais na organização das greves internacionais de 2017, 2018 e 2019. Nessas instâncias, o movimento feminista produziu diagnósticos precisos sobre a relação entre as violências machistas e as violências econômicas. Esse processo foi realizado em assembleias, traduzido em consignas e conseguiu compor alianças políticas.

Como parte desse processo, o Coletivo Ni Una Menos (Nem Uma A Menos), juntamente com outras organizações, convocou, em maio de 2017, uma ação na porta do Banco Central da República Argentina com a consigna “¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!” (“Vivas, livres e desendividadas nos queremos!”)⁵. O objetivo foi, primeiro, traçar a relação entre violência financeira e violência machista e, nesse mesmo ato, denunciar o processo de endividamento maciço das economias domésticas, ocorrido paralelamente à tomada de dívidas por parte do Estado. Trata-se de um momento chave porque a partir de então o movimento feminista ativou um gesto inovador: colocou o conflito no campo das finanças e apontou sua lógica invasiva sobre áreas cada vez mais amplas de reprodução da vida.

A consigna “¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!” continuou se desenvolvendo nos anos consecutivos, ao calor de um

3 → Segundo os dados de setembro passado, o Índice de Pobreza no final do primeiro semestre de 2022 foi de 36,5%, de acordo com o Instituto Nacional de Estadísticas e Censo

4 → A taxa de variação anual do IPC na Argentina em janeiro de 2023 foi de 98,8%.

5 → <http://niunamenos.org.ar/manifiestos/desendeudadosnosqueremos/>

movimento massivo, e conseguiu conectar-se com as diversas problemáticas que mapeiam, de fato, essa *lógica invasiva* das finanças. É necessário, sobretudo, ressaltar que essa leitura feminista da dívida tem permitido apresentar a desobediência financeira em novos termos, no que tange a implicação da obrigação financeira como produção da subjetividade e exploração dos trabalhos reprodutivos. Dessa maneira, a dinâmica abstrata das finanças passou a ser problematizada em sua relação com o cotidiano, fazendo uma conexão das formas de violência nos lares com as atuais modalidades de exploração do trabalho. Assim, colocou-se no centro a discussão sobre a economia da violência que implica o endividamento.

O MANIFESTO CONTRA A DÍVIDA

A ação de “*Vivas, Libres y Desendeudadas nos Queremos*”, de 2 de junho de 2017, poucos meses após a massiva greve feminista internacional de 2017, da qual é herdeira, abriu outros campos com práticas e debates coletivos em relação ao financeiro e o seu vínculo com a violência. A organização da ação surge, então, diretamente entrelaçada ao terreno aberto pela significação da greve feminista de 2017 e se estende durante o processo de endividamento público mais violento da história da República Argentina, que atingirá seu clímax em 2018.

Para dar conta da ligação entre endividamento privado e autonomia, entre endividamento e economias domésticas, foram produzidos consignas como: “*Hago cuentas todo el día*” (“Faço contas o dia todo”), “*La deuda es violencia*” (“A dívida é violência”), “*La deuda es una bomba de tiempo*” (“A dívida é uma bomba-relógio”). Os quais sintetizam uma pedagogia que nos interessa destacar: *colocar imagens concretas à operação financeira que parece abstrata e produzir definições operacionais que expliquem seu impacto no cotidiano.*

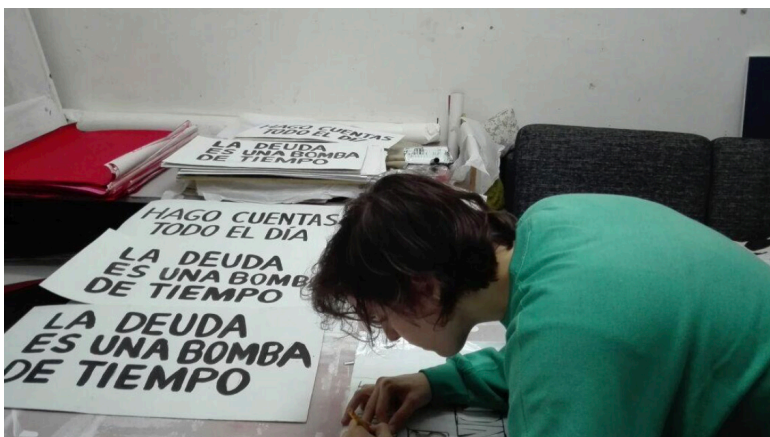


Imagem: Integrantes do Coletivo Ni Una Menos (Nem Uma A Menos) confeccionando os cartazes para a ação na frente do Banco Central

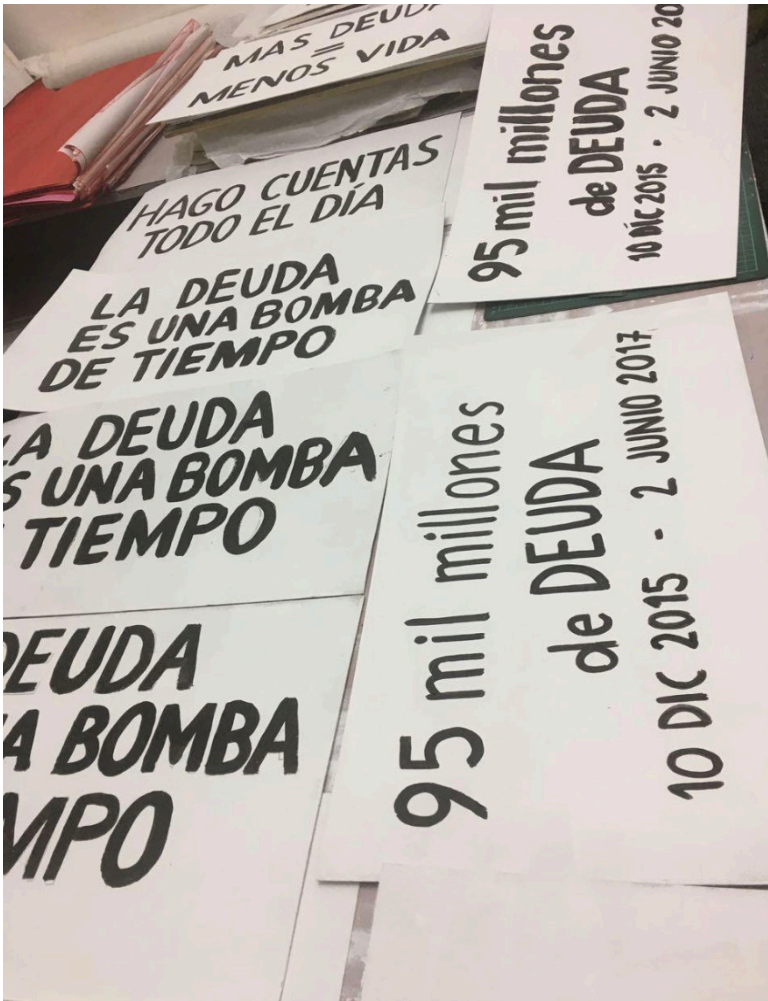


Imagem: Os cartazes utilizados para a ação na porta do Banco Central

Na consigna “¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!” sintetiza-se também um método para realização de pesquisas

práticas na vida cotidiana, sobre a quem se deve, sobre como as dívidas exploram e tiram a autonomia de mulheres, lésbicas, travestis e trans. E também, como o debate sobre os feminicídios e travesticídios precisa ser aprofundado a partir das causas econômicas que funcionam como engrenagens das violências baseadas no gênero.



Imagem: Porta do Banco Central da República Argentina

Poderíamos dizer que até então a relação entre endividamento privado, autonomia e violência machista não tinham sido considerados enquanto resistência prática dessa maneira. O antecedente mais próximo foram as Mães e Avós da Plaza de Mayo, visto que foram elas que começaram a falar de “terrorismo financeiro”, vinculando o endividamento com a violência do terrorismo de Estado e incluindo a dívida como uma causa do movimento de direitos humanos, redefinindo assim o antagonismo em termos de finanças *versus* vida.

Por conseguinte, essa ação feminista foi fundamental para sinalizar o Banco Central como um lugar para colocar o corpo, já que a organização da greve feminista desafiava a atualização de questões como: de que maneira somos exploradxs hoje? O que o endividamento tem a ver com a reprodução de uma ordem sexual? E a mais difícil: como fazer greve contra a exploração financeira?

O movimento feminista conseguiu então integrar no debate público a relação entre endividamento e perda de autonomia, e foi capaz de colocar em cena o lugar diferencial das mulheres na garantia da reprodução social e nas economias domésticas. O que está explícito em uma parte do manifesto⁶ que escrevemos para a ação e que tem como título “*Desendeudadas nos queremos*” (“Desendividadas nos queremos”):

“As mulheres sabemos, aprendemos em nossa vida cotidiana, o que significa estar endividadas. Sabemos que as dívidas não nos deixam dizer não quando queremos dizer não. E a dívida do Estado sempre termina derramando sujeição sobre nós. E sobre nossxs filhxs. E sobre nossxs netxs. Nos expõem a maiores níveis de precarização e a novas formas de violências. Para tomar dívidas o Estado promete planos de flexibilização laboral e redução do gasto público que afetam de modo diferencial as mulheres.

Porém, ademais, somos usuárias, voluntárias ou não, do sistema financeiro: nos últimos anos fomos bancarizadas compulsivamente, a tal ponto que os subsídios sociais são insumos do sistema financeiro. Como chefas do lar, ocupamos um lugar central na organização e autogestão de tramas de cooperação. As corporações financeiras exploram essas economias comunitárias cobrando comissões sobre subsídios e salários e aplicando taxas de juros exorbitantes para

6 → <https://www.pagina12.com.ar/41550-desendeudadas-nos-queremos>

empréstimos, cartões de crédito e microcréditos. Contudo, é com os cartões de crédito que festejamos um aniversário, com o empréstimo fazemos la pieza del fondo, com o microcrédito tentamos iniciar aquele negócio que nos permitiria sobreviver. E assim passamos as noites, fazendo contas, separando a parte do leão. Essa conta do dia a dia é aquela que se torna abstrata nas políticas financeiras, mas que nós mulheres colocamos nossos corpos em todos os lugares onde fazemos malabarismos para chegar ao fim do mês. Sujeitas a pagar a dívida sob a ameaça de perder tudo, como vamos poder dizer basta à violência machista quando qualquer desequilíbrio da frágil estrutura econômica em que vivemos nos deixa completamente descobertas? Se vamos a um refúgio para sobreviver à violência, como pagamos as contas no dia seguinte?

Vemos como o tipo de narrativas do cotidiano que se tornam audíveis pelo movimento feminista cria as condições para que essa sujeição da vida cotidiana possa ser relatada e assumida coletivamente.

Nesse sentido, desarma-se uma das operações privilegiadas do endividamento privado: o de fazer assumir de forma privada aquilo que deveria ser discutido coletivamente. Aqui, novamente, a pedagogia feminista se torna fundamental: consiste em deslocar o que aparece como um problema privado, secreto, vergonhoso e individual para uma questão coletiva, política e passível de ser problematizada enquanto ações de rua. O movimento feminista torna isso possível devido a sua capacidade de politizar a esfera doméstica e nos mostrar como as finanças estão tomando cada vez mais o terreno da reprodução social, o que faz desse espaço um campo de batalha privilegiado.

O QUE SIGNIFICA DIZER “VIVAS, LIVRES E DESENDIVIDADAS”?

Dívida e salários, dívida e subsídios, dívida e aposentadorias, dívida e moradia: poderíamos dizer que foi ativado um gesto inovador que torna visível a forma como a “exploração financeira” entra nos lares, ameaça a autonomia econômica e faz engrenagem com a Deuda y salarios, deuda y subsidios, deuda y jubilaciones, deuda y violencia machista. Aquela ação na porta do Banco Central teve múltiplas ressonâncias. Naquele momento, iniciava-se um dos processos de endividamento público mais acelerados da história Argentina, que culminou com a negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma brutal desvalorização dos salários e um corte no orçamento público, o que incluiu a eliminação de treze ministérios. Dizer, então, “*desendeudadas nos queremos*” (“desendidadas nos queremos”) na vila e no sindicato, na rua e na universidade é parte de uma pedagogia política feminista que consiste em *ir de las finanzas a los cuerpos* (*ir das finanças aos corpos*) e mostrar o funcionamento concreto da dívida em cada território. É também denunciar a abstração financeira que implica em um processo de desvalorização e negação dos corpos que produzem valor.

Em outubro de 2018, a reunião do Women20 (grupo de mulheres que faz parte do G-20), em Buenos Aires, também foi contestada pelo movimento feminista, que impugnou a tentativa de apropriação neoliberal das demandas feministas enquanto “inclusão” financeira para microempreendedoras. Vejamos de que modo isso produziu inovações na agenda pública.

-Radicalização da leitura da violência machista em conexão com as violências econômicas

A ação no Banco Central produziu uma das reações mais fortes nas redes sociais e nos meios de comunicação. O feminismo foi então acusado de “misturar tudo”, justamente por ter transbordado o lugar da vitimização, quando se fala da violência masculina apenas como um fenômeno isolado das condições de trabalho ou como um problema cultural. Com a greve internacional de mulheres de 2017, e antes com a greve nacional de 2016, na enunciação das demandas,

as mulheres deixaram de situar-se de um lugar de vítimas para ocupar o lugar de produtoras de valor em espacialidades historicamente desvalorizadas.

-Impulso à ação sindical transversal contra a dívida

Uma outra novidade foi a forma que os sindicatos assumiram de maneira transversal a reclamação contra a dívida. Para a marcha NiUnaMenos de 4 de junho de 2018, diferentes sindicatos se apropriaram dessa consigna para fazer suas convocações, produzindo um deslocamento na forma de definir o conflito sindical em pelo menos dois sentidos: a reivindicação pelo desendividamento incluía as dívidas domésticas e seu vínculo com a falta de autonomia, como uma máquina de obediência que põe mulheres, lésbicas, travestis e mulheres transexuais em condições de maior vulnerabilidade frente à violência machista.

Por sua vez, a confluência sindical com o movimento feminista, após as greves internacionais, teve duas instâncias importantes de intervenção: a Lei da “paridade” e as moratórias das aposentadorias, duas reformas propostas pelo FMI com o discurso neoliberal de gênero.

A primeira delas, em 2018, confrontou um projeto de governo que lançava uma “reforma trabalhista oculta” sob a aparência de uma proposta de “Lei de Equidade nos sindicatos”. Assim, denunciaram as mulheres sindicalistas, advertindo que essa iniciativa, ademais, visava dar ao governo a possibilidade de intervir nos sindicatos.⁷

Tratava-se de uma tentativa de traduzir em princípios neoliberais as demandas do movimento feminista. Aqui, as mulheres sindicalistas apresentaram um projeto alternativo acordado com todas as centrais sindicais e em aliança com o movimento feminista, que foi, inclusive, parte da exposição no Congresso Nacional. Como resultado dessa articulação, conseguiram que o executivo retirasse o projeto. A consigna utilizada foi “*No es nuestro nombre*” (“Não é nosso nome”). Não foi um fator menor que o projeto de reforma foi

7 → <http://latfem.org/las-mujeres-sindicalistas-contra-la-reforma-laboral/>

enviado ao Congresso pelo Executivo um dia depois de 8 de março de 2018.

Aqui, há também uma pista muito importante: a sinergia feminista e sindical funcionou como um antídoto contra a tentativa de governos neoliberais, corporações e organizações internacionais de crédito de cortar a agenda feminista de seu conteúdo de classe e traduzi-la em leis que atentam contra a autonomia sindical e os instrumentos de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Assim, esse debate foi renovado, quando se tentou “lavar” as agendas do Fundo Monetário Internacional com a agenda de gênero. O tipo de agendas mobilizadas pelo movimento feminista na Argentina inclui, graças à aliança sindical feminista, a denúncia contra a precarização laboral e contra as leis de ajuste da seguridade social e de flexibilização laboral impulsionadas pelas políticas de austeridade.

Um segundo momento dessa confluência foi em 2019, com o enfrentamento à iniciativa do governo Mauricio Macri de cancelar as moratórias previdenciárias que permitiam a aposentadoria de mulheres que, por trabalharem em casa ou informalmente, não tinham acesso a um benefício previdenciário. O governo propôs aumentar a idade de aposentadoria para 65 anos e cancelar o benefício das moratórias, para cumprir uma exigência do Fundo Monetário Internacional.

Na ocasião dessa medida, foi organizada a união de todas as centrais e do movimento feminista⁸. Para essas atividades, a partir do *Colectivo Ni Una Menos* (Coletivo Nem Uma A Menos) foi criada a consigna “*Los aportes que nos faltan los tiene el patriarcado*” (“Os aportes que nos faltam os têm o patriarcado”), evidenciando a origem estrutural dessa falta de aportes para certas trabalhadoras.

Assim, foi possível evidenciar a redução dos direitos às aposentadorias, especialmente destinadas às mulheres, àquelas que exerceram trabalho não remunerado ou mal remunerado ao longo da vida e/ou com empregadores que não se responsabilizavam por

8 → <http://www.el1digital.com.ar/articulo/view/83108/mujeres-sindicalistas-e-inte-grantes-de-movimientos-sociales-se-suman-a-la-marcha-para-que-no-termine-la-mor-atoria-jubilatoria>

essas contribuições, como um corte-castigo: uma tentativa de disciplinamento junto ao ajuste econômico.

É essa unidade na ação sindical-feminista, defendida pelo campo de forças abertos pela mobilização coletiva, tramada especialmente no calor do processo político das greves, que visibilizou e valorizou os trabalhos reprodutivos, de cuidado e atenção, ao mesmo tempo que denunciou a disparidade salarial baseada na divisão sexual do trabalho.

Por isso, a aliança entre sindicalismo e feminismo permitiu ao movimento sindical propor, sob a consigna *#NiUnaJubiladaMenos* (*#NemUmaAposentadaMenos*), o reconhecimento do trabalho “não reconhecido” como prioridade da agenda trabalhista, também de forma retroativa. Podemos dizer que essa consigna é outra variação de *#TrabajadorasSomosTodas* (*#TrabalhadorasSomosTodas*) que ampliou tanto o que se entende por trabalho quanto a capacidade de pleitear remuneração e o reconhecimento do histórico trabalho feminizado não remunerado ou mal remunerado na reivindicação da aposentadoria para todas.

Em conclusão, as mulheres sindicalistas, em aliança com o movimento feminista, construíram uma oposição às reformas que o FMI tentou aprovar na Argentina a partir de 2018. Isso inclui a já mencionada lei de “equidade” e o corte das moratórias previdenciárias, mas também, de forma mais geral, frente às distintas medidas de austeridade que levaram as mulheres a terem que se endividar para viver.

-Dinâmica de territorialização plurinacional: contra o saque financeiro global, plurinacionalidade das lutas

Por último, o movimento feminista em seu confronto com as finanças também desenvolveu uma estratégia internacionalista que começa em cada casa e que permite, a partir daí, reconstruir os circuitos financeiros globais e conectar os momentos de desterritorialização das finanças com suas aterrisagens violentas em territórios e corpos concretos. Mapeia-se, a partir de cada espaço, a suposta

“invisibilidade” do capital financeiro e trava-se uma batalha contra seu poder abstrato de comando. Em cada lugar, a produção de uma moralidade devedora também é questionada, ao impugnar sua relação com os mandatos de gênero (a figura da “boa pagadora” exemplar, sacrificada por sua família).

Assim, o endividamento tem aparecido de diversas formas na agenda do movimento feminista transnacional como parte da dinâmica da greve. Já foram ditas frases como: *¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!* (Vivas, livres e desendidadas nos queremos!), na Argentina; *¡Nosotras contra la deuda!* (Nós contra a dívida!), em Puerto Rico; *¡Nos deben una vida!* (Nos devem uma vida!), no Chile; e *¡No debemos, no pagamos!* (Não devemos, não pagamos!), na Espanha. É algo inovador: que o movimento feminista politize, em escala de massas, a questão financeira. E, ademais, que o faça denunciando sua dimensão colonial. Cito parte de um artigo de integrantes da Coletiva Feminista em Construção (*Colectiva Feminista en Construcción*) de Puerto Rico:

Nos posicionamos de um nós como sujeitas políticas, precárias e empobrecidas, nos posicionamos de maneira frontal e confrontacional diante daquele que nos violenta. Nomear-se a partir desse registro não é um mero exercício simbólico, a reprodução em si democratiza o poder. Assumir-se a partir desse nós implica ser parte de uma identidade coletiva (...). Em 8 de março de 2019, antes de convocar novamente a Greve de Mulheres, a Coletiva lançou um chamado para confiscar os bancos, responsáveis por dezenas de milhares de despejos de famílias, mas que também haviam participado ativamente no esquema de endividamento governamental. (..) Nós, as Negras e racializadas, as exiladas, as endividadas, as ninguém. Eles têm os números em dólares e bônus, nós temos os números em gente e força. Eles têm as estruturas jurídicas e financeiras, nós temos as estruturas

comunitárias e as redes de apoio (Nuñez y Dávila Roldán 2021).

A greve feminista tem permitido que as mulheres, lésbicas, travestis e mulheres transexuais se posicionem, em escala regional, como produtoras de valor, e não somente como vítimas da violência machista (Gago 2019). Assim, o gesto de confronto com a dívida é feito a partir do lugar de credoras:

“Eles são dívidas, mas as que eles nos devem há séculos, aprisionamento e captura de possíveis” (Nuñez y Dávila Roldán 2021).

Desse modo, o movimento feminista colocou em cena as dívidas históricas que o Estado e as corporações financeiras têm com os coletivos de mulheres, lésbicas, travestis e trans; demonstrando nos lugares de trabalho e nas casas que as mulheres, lésbicas, travestis e trans são credoras por fazerem trabalhos reprodutivos e comunitários fundamentais para a reprodução social, que não são pagos nem reconhecidos.

Como mencionamos, a dívida é um mecanismo capitalista histórico para espoliar, explorar e privatizar os bens comuns (Federici 2021). Também para incrementar a exploração do trabalho em momentos de crise. É mais conhecida a forma como a dívida pública condiciona os Estados. Trata-se de uma cena cíclica dos países da América Latina, porém mais amplamente como um circuito colonial global. É mais recente, entretanto, traçar politicamente os circuitos que conectam essa dívida pública com seus efeitos na vida cotidiana. Isso tem sido possível porque as mulheres, lésbicas, travestis, trans e não-binárias puseram palavras em suas ações de rua, sobre o que significa ser simultaneamente sobre-exploradas como trabalhadoras no mercado de trabalho, como trabalhadoras domésticas, como consumidoras e, agora também, como endividadas. Conectar dívida, violência e trabalho é uma conquista das greves feministas. Na quarta convocação da greve internacional, em nosso país, a

discussão da dívida se expressa na consigna principal: *“La deuda es con nosotras y nosotros, ni con el FMI ni con las iglesias”*⁹ (“A dívida é conosco, não com o FMI nem com as igrejas”), o que assinala um diagnóstico preciso tanto de conjuntura como do horizonte do movimento a longo prazo. Mas discutir dívida não é somente falar de dívida. A dívida está diretamente relacionada com os cortes orçamentários nos serviços públicos, com a baixa de salários, com o reconhecimento do trabalho doméstico e com a obrigação de nos endividarmos para fazer um aborto. Não nos endividamos sem que antes nos tenham deixado sem outros recursos.

A dívida só vem para “nos salvar” uma vez que tenhamos sido empobrecidas à força, levadas a uma precariedade induzida. A dívida torna-se impagável porque primeiro houve saqueio. Falar de dívida desde o feminismo evidencia do que se nutrem os fluxos globais do capital financeiro, que buscam manter as aposentadorias, salários e uma enorme massa de trabalho gratuito e precário, que hoje é o que move o mundo, o que empurra despojos extrativistas, o que permite lucros extraordinários às multinacionais e que tem sido apontado e denunciado por seu vínculo direto com o aumento das violências laborais, institucionais, racistas e sexistas.

Acrescentemos um exemplo prático de uma geografia financeira que se torna visível com as greves feministas: o fundo de investimentos BlackRock¹⁰, , um dos maiores detentores da dívida argentina com legislação estrangeira, é o mesmo fundo que tem investimentos gigantescos em fundos de pensão mexicanos e que está exigindo um ajuste em seu sistema previdenciário. A premissa que conecta especulação financeira, aumento da idade de aposentadoria e não reconhecimento do trabalho das mulheres, lésbicas, travestis e trans precisa ser evidenciada: os lucros dos fundos de investimentos são garantidos pelo prolongamento dos anos de sobre-exploração desses trabalhos. Mas, além disso, os ativos desses fundos de investimento (o dinheiro que eles captam dxs aposentadx que pagam mais e por mais tempo) servem para

9 → <https://www.pagina12.com.ar/252141-la-deuda-es-con-nosotras-y-con-nosotros-ni-con-el-fmi-ni-con>

10 → <https://www.elcoheteealuna.com/la-jugada-de-ajedrez/>

comprar empresas públicas e privatizá-las¹¹. Desse modo, em um mesmo movimento, essas trabalhadoras são obrigadas a trabalhar por mais tempo, despojadas de serviços públicos e, portanto, também ocorre a desvalorização de suas rendas (têm que pagar por serviços que antes eram públicos e gratuitos).

Não é impossível, então, vincular-se com essa dinâmica de despojos, que se acumulam em favor da violência contra certos corpos e territórios, razão pela qual no México a convocação à greve em 2020 pegou mais forte do que em outros anos. Nesse país, fala-se de um recorde de 10 feminicídios por dia, segundo os órgãos oficiais. Esse mesmo fundo de investimento que desembarca na Argentina e no México aspirando riqueza social é denunciado pelos coletores amarelos na França: apontado como cúmplice da revisão do sistema de aposentadorias.

Por isso, o modo de funcionamento dos fundos de investimento (atores fundamentais da renegociação das dívidas) é inexplicável dentro de uma fronteira nacional: nutrem-se com fundos de aposentadorias de um país que usam para comprar dívida pública de outro com necessidades de financiamento, ao mesmo tempo que podem investir em outros lugares recomprando dívidas hipotecárias ou investimentos na área de energia. Assim também foi evidenciado pela *Plataforma de Afectadxs por la Hipoteca* –PAH (Plataforma de Afectadxs pela Hipoteca)¹², que em várias partes da Espanha vem denunciando despejos nas mãos de bolhas financeiras. Em 2018, a PAH levou o fundo abutre Blackstone à justiça por provocar uma inflação nos preços dos imóveis residenciais. Desde então, essa denúncia tem sido parte da mobilização feminista e migrante e, em particular, tem permitido vincular a greve feminista do 8M com as ações contra os despejos e pelo direito à moradia. A sindicalização de inquilinxs agita a consigna “*stop deshaucios*” (“parem os despejos”), colocando nomes próprios #*GiselliSeQueda* (#*GiselliFica*), e defende inquilinxs de casa em casa. Nas greves feministas, portanto, é possível traçar a geografia de despojos e

11 → <https://www.pagina12.com.ar/258436-el-fondo-black-rock-dueno-de-casi-todo?>

12 → <https://www.publico.es/politica/fondos-buitre-pah-lleva-fondo-buitre-audiencia-nacion-al-fomentar-burbuja-inmobiliaria.html>

expropriação das quais se aproveitam as chamadas “chuvas de investimentos”. A demanda por moradia, reconhecimento salarial e aposentadoria estão no mesmo programa de desobediência financeira.

A experimentação de formas de sindicalismo social que mistura a questão do aluguel e do trabalho, das aposentadorias e da economia popular, da denúncia de abusos sexuais e a violência laboral, tem sua matriz no feminismo. Ao inverter-se a hierarquia de reconhecimento do trabalho não remunerado, inverte-se também o peso da dívida. A dívida é do Estado, dos patrões e dos patriarcas por terem se beneficiado desse trabalho historicamente obrigatório e gratuito.

As formas de evasão, de denúncia da feminização da pobreza e dos despojos generalizados, da precarização do trabalho e de cada existência, tecem questionamentos. Ao perguntar, como se faz greve às finanças e contra as finanças?, perguntamos também do que são feitas nossas dívidas e quem reclama ter direitos sobre as nossas existências.



Imagem: Mobilização da Greve Feminista de 2020, bandeira do Coletivo *Ni Una Menos*



Imagem: Mobilização da Greve Feminista de 2022

CONCLUSÕES

O movimento feminista enfrenta hoje a imagem mais abstrata do capital: o capital financeiro, justamente aquela forma de dominação que parece impossibilitar o antagonismo. O movimento feminista, ao confrontar a financeirização da vida, o que ocorre quando o próprio fato de viver “produz” dívidas, desdobra uma disputa com as novas formas de exploração e extração de valor.

No endividamento surge uma imagem “invertida” da própria produtividade da nossa força de trabalho, da nossa potência vital e da politização (valorização) das tarefas reprodutivas. A greve feminista que grita “¡libres, vivas y desendeudadas nos queremos!” torna visíveis as finanças em termos de conflito e, portanto, de autodefesa de nossas autonomias. É necessário compreender o endividamento massivo aterrissado nas economias populares

feminizadas e nas economias domésticas como uma “contra-revolução” cotidiana. Como uma operação no mesmo terreno em que os feminismos chocaram tudo. O movimento feminista, quando toma as finanças como campo de luta contra o empobrecimento generalizado, pratica uma contrapedagogia em relação à sua violência e às suas fórmulas abstratas de exploração de corpos e territórios.

Agregar a dimensão financeira às nossas lutas nos permite mapear os fluxos da dívida e completar o mapa de exploração em suas formas mais dinâmicas, versáteis e aparentemente “invisíveis”. Entender como a dívida extrai valor das economias domésticas, das economias não assalariadas, das economias historicamente consideradas não produtivas, permite captar os dispositivos financeiros como verdadeiros mecanismos de colonização da reprodução da vida. E mais um ponto: capturá-los como dispositivos privilegiados de lavagem de fluxos ilícitos e, portanto, na conexão entre economias legais e ilegais, como uma maneira de aumentar a violência direta contra os territórios. O que se busca é justamente uma “economia da obediência” que sirva aos setores mais concentrados do capital e a caridade como despolitização do acesso aos recursos.

Tudo isso nos dá, outra vez, uma possibilidade mais ampla e complexa de entender o que diagnosticamos como as violências que tomam os corpos feminizados como novos territórios de conquista. Por isso é necessário um gesto feminista sobre a máquina da dívida, porque é também contra a máquina da culpabilização, sustentada pela moral heteropatriarcal e pela exploração de nossas forças vitais.■

BIBLIOGRAFÍA

Cavallero, Lucí y Verónica Gago (2019), *Una lectura feminista de la deuda. ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!* Buenos Aires, Fundación Rosa Luxemburgo.

Gago, Verónica (2019), *La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo*. Buenos Aires, Tinta Limón / Madrid, Traficantes de Sueños.

Cavallero, Lucía (2021), Tesis Doctoral: “Deuda, violencia y trabajo reproductivo: un análisis del endeudamiento de las economías populares feminizadas en Buenos Aires (2012-2019)”. Facultad de Ciencias Sociales (UBA).

Nuñez Ferrer, S. y Dávila Roldán, Z (2021), “Nosotras contra la deuda”. En *¿Quién le debe a quién? Ensayos Transnacionales de desobediencia financiera*. Buenos Aires: Tinta Limón.

Federici, S. (2021), “Mujeres, dinero y deuda. Notas para un Movimiento Feminista de Reapropiación.” En *¿Quién le debe a quién? Ensayos transnacionales de desobediencia financiera*. Silvia Federici, Verónica Gago, Lucí Cavallero (eds.). Buenos Aires: Tinta Limón.

(Todas as imagens pertencem ao arquivo Ni Una Menos)